

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 5, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de fevereiro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	96.818	521.456	38
Concessionárias e permissionárias	9	41.485	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	18	288	-	-
Adiantamento a fornecedores		1.387	2.697	-
Impostos a recuperar	11	20.765	2.143	359
Adiantamento de seguros	10	-	256	256
Outros ativos circulantes		267	36	717
		161.010	526.588	1.370
Ativo não circulante				
Impostos diferidos	13	11.489	11.489	-
Títulos e valores mobiliários	12	25.491	-	-
Adiantamento de seguros		-	577	833
Imobilizado	14	1.399.839	1.291.805	570.744
Intangível	15	32.051	27.188	26.239
		1.468.870	1.331.059	597.816
Total do ativo		1.629.880	1.857.647	599.186

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	16	70.342	18.108	57.564
Fornecedores - partes relacionadas	19	15	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	18	-	577.472	-
Empréstimos e financiamentos com terceiros	18	45.023	-	-
Tributos e contribuições sociais	17	52.240	3.422	4.393
Taxas regulamentares		2.040	-	-
Dividendos propostos	20	70.658	3.998	-
Outros passivos circulantes		1.957	2.186	949
		242.275	605.186	62.906
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos com terceiros	18	585.302	580.084	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas		-	-	195
		585.302	580.084	195
Patrimônio líquido	20			
Capital social		675.001	675.001	537.001
Reserva de Lucros		611.280	395.787	-
Reserva Legal		36.704	21.041	-
Prejuízo acumulado		(520.682)	(419.452)	(916)
		802.303	672.377	536.085
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.629.880	1.857.647	599.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Receita operacional líquida	21	372.548	-
Custo da operação	22	<u>(54.605)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		317.943	-
Despesas gerais e administrativas	23	(4.632)	(2.950)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(228)</u>	<u>-</u>
Lucro antes do resultado financeiro		313.083	(2.950)
Resultado financeiro	25	<u>(44.441)</u>	<u>(6.056)</u>
Receita financeira		10.580	8.219
Despesa financeira		(55.021)	(14.275)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>268.642</u>	<u>(9.006)</u>
Imposto de renda e contribuição social	26	(56.621)	11.296
Lucro líquido do exercício		<u>212.021</u>	<u>2.290</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	212.021	2.290
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>212.021</u>	<u>2.290</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	537.001	-	-	(916)	536.085
Aumento de capital em 10 de janeiro de 2018	138.000	-	-	-	138.000
Constituição de reserva legal	-	21.041	-	(21.041)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	395.787	(395.787)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(3.998)	(3.998)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.290	2.290
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	675.001	21.041	395.787	(419.452)	672.377
Lucro líquido do exercício	-	-	-	212.021	212.021
Juros sobre capital próprio	-	-	(82.095)	-	(82.095)
Constituição da reserva legal	-	15.663	-	(15.663)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	297.588	(297.588)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	675.001	36.704	611.280	(520.682)	802.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / (Prejuízo) do exercício antes dos impostos	268.642	(9.007)
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambial sobre financiamentos	65.937	-
Depreciação e amortização	41.245	256
Variação monetária do financiamento	-	74
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	178	-
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(41.663)	-
Contas a receber - partes relacionadas	(285)	-
Impostos a recuperar	(18.621)	(1.784)
Adiantamentos a fornecedores	1.309	(2.697)
Outros ativos	599	681
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	52.233	(39.455)
Fornecedores partes relacionadas	15	(195)
Tributos e contribuições sociais	13.609	59.267
Taxas regulamentares	2.040	-
Outros passivos	(423)	1.236
Juros pagos	(43.168)	-
Impostos pagos	(33.533)	(32.314)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	308.114	(23.938)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(154.142)	(722.010)
Títulos e valores mobiliários	(25.491)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(179.633)	(722.010)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	138.000
Empréstimos e financiamentos captados	-	1.129.366
Financiamentos pagos	(550.000)	-
Dividendos pagos	(3.120)	-
Fluxo de caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	(553.120)	1.267.366
(Redução)/ Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(424.638)	521.418
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	521.456	38
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	96.818	521.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “PRTE”), foi constituída em 27 de abril de 2016 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568 (trezentos e trinta e quatro milhões quinhentos e sessenta e oito mil cento e noventa e sete reais) sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016.

A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso:

- (i) Linha de Transmissão composta pelo terceiro circuito em 500kV entre as subestações Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005km
- (ii) Equipamentos de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (iii) A entrada em operação da Companhia ocorrerá no mês de janeiro de 2019, conforme termos de liberação para operação comercial que será emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

1.2. Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP foi determinada em R\$334.568 (valor histórico) e será corrigida no mês de julho de cada exercício, com base na variação do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 388.223 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 30 de junho de 2020.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante

3. Resumo das principais práticas contábeis regulatórias

A prática contábil regulatória utilizada é a mesma adotada na demonstração financeira societária, a qual foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 14 - Imobilizado e 15 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocado a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

4.4. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 (duzentos e quarenta mil reais) no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.5. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

4.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.9. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.10. Meio Ambiente

Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo até o final da construção e serão amortizados pelo prazo de concessão.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Reapresentação dos saldos comparativos

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima e seus impactos tributários correlacionados, conforme nota explicativa 7. As tabelas a seguir resumem os impactos decorrentes da reapresentação dos saldos regulatórios no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste exercício em cada uma das linhas afetadas da DCR originalmente publicada em 25 de abril de 2019. Não houve alterações dos saldos de abertura de 01 de janeiro de 2018 nem impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Balança Patrimonial	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Impostos a recuperar	(ii)	2.122	21	2.143
Demais ativos circulantes não impactados		524.445	-	524.445
		526.568	21	526.588
Ativo não circulante				
Tributos diferidos	(ii)	-	11.489	11.489
Demais ativos não circulantes não impactados		1.319.570	-	1.319.570
		1.319.570	11.489	1.331.059
Total do ativo		1.846.137	11.510	1.857.647

	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Dividendos propostos	(i)	3.120	878	3.998
Demais passivos circulantes não impactados		601.188	-	601.188
		604.308	878	605.186
Passivo não circulante				
Demais passivos não circulantes não impactados		580.084	-	580.084
		580.084		580.084
Patrimônio líquido				
Capital social		675.001	-	675.001
Reserva de retenção de lucros	(ii)	308.889	(5.498)	303.391
Reserva legal	(ii)	16.422	4.619	21.041
Prejuízo acumulado		(338.567)	11.511	(327.056)
		661.745	10.632	672.377
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.846.137	11.510	1.857.647

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Demonstração do resultado	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida		-	-	-
Outros		(9.006)	-	(9.006)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(214)	11.510	11.296
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(9.220)	11.510	2.290

Demonstração do resultado abrangente	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(i)	(9.220)	11.510	2.290
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total de resultados abrangentes		(9.220)	11.510	2.290

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		536.085	-	536.085
Aumento de capital conforme AGE de 10 de janeiro de 2018		138.000	-	138.000
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(i)	(9.220)	11.510	2.290
Dividendos propostos	(i)	(3.120)	(878)	(3.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		661.745	10.632	672.377

- (i) As mudanças ocorridas nas linhas de dividendos propostos e no patrimônio líquido das DCRs são reflexos dos recálculos realizados no resultado das demonstrações financeiras rerepresentadas devido a adoção do CPC 47;
- (ii) Impacto dos impostos correntes sobre os ajustes efetuados nas demonstrações financeiras rerepresentadas devido a adoção do CPC 47.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

6. Normas e interpretações novas e revisadas

6.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2), Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma é descrita a seguir.

As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

- **CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

- **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

- **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa**

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Melhorias anuais

- **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

6.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

7. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2019			31/12/2018 (reapresentado)		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		161.010	398.109	559.119	526.588	369.283	895.871
Caixa e equivalentes de caixa		96.818	-	96.818	521.456	-	521.456
Concessionárias e permissionárias		41.485	-	41.485	-	-	-
Contas a receber - partes relacionadas		288	-	288	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		1.387	-	1.387	2.697	-	2.697
Impostos a recuperar		20.765	-	20.765	2.143	-	2.143
Ativo de contrato	a	-	398.109	398.109	-	369.283	369.283
Adiantamento Seguros		-	-	-	256	-	256
Outros ativos circulantes		267	-	267	36	-	36
Ativo não circulante		1.468.870	1.721.417	3.190.287	1.331.059	1.552.615	2.883.674
Ativo de contrato	a	-	3.151.481	3.151.481	-	2.871.315	2.871.315
Títulos e valores mobiliários		25.491	-	25.491	-	-	-
Impostos diferidos		11.489	-	11.489	11.489	-	11.489
Outros ativos não circulantes		-	-	-	577	-	577
Imobilizado	b	1.399.839	(1.398.176)	1.663	1.291.805	(1.291.655)	150
Intangível	b	32.051	(31.888)	163	27.188	(27.045)	143
		1.629.880	2.119.526	3.749.406	1.857.647	1.921.898	3.779.545

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2019			31/12/2018 (reapresentado)		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	242.275	-	242.275	605.186	-	605.186
Fornecedores terceiros	70.342	-	70.342	18.108	-	18.108
Fornecedores partes relacionadas	15	-	15	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	45.023	-	45.023	577.472	-	577.472
Impostos e contribuições sociais	52.240	-	52.240	3.422	-	3.422
Taxas regulamentares	2.040	-	2.040	-	-	-
Dividendos propostos	70.658	-	70.658	3.998	-	3.998
Outros passivos circulantes	1.957	-	1.957	2.186	-	2.186
Passivo não circulante	585.302	953.937	1.539.239	580.084	857.538	1.437.622
Empréstimos e financiamentos	585.302	-	585.302	580.084	-	580.084
Impostos diferidos	c	-	953.937	-	857.538	857.538
Patrimônio líquido	802.303	1.165.589	1.967.892	672.377	1.064.360	1.736.737
Capital social	675.001	-	675.001	675.001	-	675.001
Reserva de lucros	611.280	-	611.280	395.787	-	395.787
Reserva especial de lucros a realizar	-	644.907	644.907	-	644.908	644.908
Reserva legal	36.704	-	36.704	21.041	-	21.041
Prejuízo acumulado	d/e	(520.682)	-	(419.452)	327.056	-
	1.629.880	2.119.526	3.749.406	1.857.647	1.921.898	3.779.545

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019			31/12/2018 (reapresentado)		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	372.548	317.452	690.000	-	1.410.728	1.410.728
Custo da operação	e	(54.605)	(138.477)	(193.082)	-	(735.324)	(735.324)
Lucro bruto		317.943	178.975	496.918	-	675.404	675.404
Despesas gerais e administrativas		(4.632)	-	(4.632)	(2.950)	494	(2.456)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(228)	-	(228)	-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro		313.083	178.975	492.058	(2.950)	675.898	672.948
Resultado financeiro		(44.441)	(13.705)	(58.146)	(6.056)	(28.116)	(34.172)
Receita financeira		10.580		10.580	8.219		8.219
Despesa financeira		(55.021)	(13.705)	(68.726)	(14.275)	(28.116)	(42.391)
Lucro antes dos impostos		268.642	165.270	433.912	(9.006)	647.782	638.776
Imposto de renda e contribuição social	c	(56.621)	(64.041)	(120.662)	11.296	(229.245)	(217.949)
Lucro líquido do exercício		212.021	101.229	313.250	2.290	418.537	420.827

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual".

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada.

- e) Custo de operação e manutenção e custo de construção
O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFSs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.
- f) Nas demonstrações financeiras societárias o reconhecimento dos juros das debêntures e do financiamento do BNDES é feito no resultado dentro de despesas financeiras. Nas demonstrações contábeis regulatórias, esses juros são capitalizados no imobilizado em curso, quando demonstrado a sua recuperação e os futuros benefícios econômicos.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Caixa	1	-	-
Banco	9.985	9.711	38
Aplicações financeiras	86.832	511.745	-
	<u>96.818</u>	<u>521.456</u>	<u>38</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 97% da taxa CDI.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

9. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
A vencer	40.580	-	-
Vencidas até 30 dias	182	-	-
Vencidas até 60 dias	48	-	-
Vencidas até 90 dias	46	-	-
Vencidas até 120 dias	20	-	-
Vencidas até 180 dias	11	-	-
Vencidas há mais de 180 dias	776	-	-
	<u>41.663</u>	-	-
(-) PCLD	(178)	-	-
	<u>41.485</u>	-	-

Em função do giro de contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Saldo em 1º de janeiro	-	-	-
Reversão	-	-	-
Provisão	(178)	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(178)</u>	-	-

10. Adiantamento de seguros

	<u>31/01/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Circulante	-	256	256
Não circulante	-	577	833
	<u>-</u>	<u>833</u>	<u>1.089</u>

Saldo refere-se ao seguro de garantia contratado junto à Pan Seguros S.A., amortizado de acordo com a vigência da apólice, desde 23 de junho de 2016 e vencimento em 24 de março de 2022.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Este contrato de seguro garante a indenização até o valor fixado na apólice de R\$160.109 (cento e sessenta milhões cento e nove mil e quatrocentos reais) pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de concessão, oriundo do Edital de Leilão nº 013/2015 - ANEEL - Processo nº 48500.000333/2015-19, exclusivamente no que se refere à construção das instalações de transmissão do sistema interligado nacional - LOTE C.

11. Impostos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Circulante		(reapresentado)	
PIS	282	-	-
COFINS	1.299	-	-
IR s/aplicações financeiras	15	1.819	161
IRPJ	14.831	18	-
CSLL	4.030	7	-
INSS	216	206	198
ICMS a recuperar	84	84	-
ISS a recuperar	8	8	-
	20.765	2.142	359

12. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Conta reserva - financiamentos	25.491	-	-
	25.491	-	-

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 18).

Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter seis vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

13. Impostos diferidos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Tributos diferidos ativos (i)	11.489	11.489	-
	<u>11.489</u>	<u>11.489</u>	<u>-</u>

(i) Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal de 2018.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado

14.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2018	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2019	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 01/01/2018
Ativo imobilizado em serviço											
Transmissão	-	195.477	(117.842)	1.342.526	-	1.420.161	1.420.161	(41.002)	1.379.159	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	38.972	-	5.090	-	44.062	44.062	(1.650)	42.412	-	-
Máquinas e equipamentos	-	156.498	(117.842)	1.337.436	-	1.376.092	1.376.092	(39.352)	1.336.740	-	-
Móveis e utensílios	-	7	-	-	-	7	7	-	7	-	-
Administração	-	1.677	-	150	-	1.827	1.827	(203)	1.624	-	-
Máquinas e equipamentos	-	694	-	150	-	844	844	(69)	775	-	-
Veículos	-	899	-	-	-	899	899	(129)	770	-	-
Móveis e utensílios	-	84	-	-	-	84	84	(5)	79	-	-
	-	197.154	(117.842)	1.342.676	-	1.421.988	1.421.988	(41.205)	1.380.783	-	-
Ativo imobilizado em curso											
Transmissão	1.291.655	73.316	(1.143)	(1.344.810)	-	19.018	(1.272.637)	-	87.953	1.291.655	570.650
Máquinas e equipamentos	474.081	16.564	(680)	(489.807)	-	158	(473.923)	-	158	474.081	242.958
Outros	817.574	56.752	(463)	(855.003)	-	18.860	(798.714)	-	18.860	817.574	327.692
Administração	150	38	-	(150)	-	38	(112)	-	38	150	94
Máquinas e equipamentos	150	38	-	(150)	-	38	(112)	-	38	150	94
	1.291.805	73.354	(1.143)	(1.344.960)	-	19.056	(1.272.749)	-	19.056	1.291.805	570.744
Ativo imobilizado (i)	1.291.805	270.508	(118.985)	(2.284)		1.441.044	149.239	(41.205)	1.399.839	1.291.805	570.744

(i) Valor de transferência residual de R\$ 2.284 referente aos processos de unitização dos ativos imobilizados, onde foi transferido o valor entre os grupos do balancete 1232.2 e 1233.2.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019		2018
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão	7,81%	1.420.161	(41.002)	1.379.159
Administração	7,51%	1.827	(203)	1.624
		1.421.988	(41.205)	1.380.783

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2019

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Edificacoes e benfeitorias	1.464
Máquinas e Equipamentos	16.564
A Ratear	35.227
Projetos	4.584
Material em depósito	3
Adiantamentos a Fornecedores	15.474
	73.316

14.4. Principais aquisições do ativo imobilizado em serviço em 2019

Transmissão	Grupo	Valor
Condutor a partir de 69 kV com 4 condutores -30/7 - 29,24 mm - 1.396,8 kg/km- por fase, Tipo do Mat-Aluminio-liga, Tipo de isolamento de condutor- Nu, Bitola- 1000 MCM, num. de fases- Trifasico / Tripolar, General Cable, mod. Garibaldi	Máquinas e Equipamentos	247.832
Condutor a partir de 69 kV com 4 condutores -30/7 - 29,24 mm - 1.396,8 kg/km- por fase, Tipo do Mat-Aluminio-liga, Tipo de isolamento de condutor- Nu, Bitola- 1000 MCM, num. de fases- Trifasico / Tripolar, General Cable, mod. Garibaldi	Máquinas e Equipamentos	247.141
Condutor a partir de 69 kV com 4 condutores -30/7 - 29,24 mm - 1.396,8 kg/km- por fase, Tipo do Mat-Aluminio-liga, Tipo de isolamento de condutor- Nu, Bitola- 1000 MCM, num. de fases- Trifasico / Tripolar, General Cable, mod. Garibaldi	Máquinas e Equipamentos	206.875
Banco Capacitor Serie acima de 69 kV 9BCPRG5 48,01 Ohm - 1.856 Arms, Classe de tensao -V- 89,11, Tipo de controle- Automatico, Potencia -kVAr- 496.200, Siemens, ano de fabricacao 2017, local- Vao -C-LTs Claudia C3 e Ribeiraozinho C3	Máquinas e Equipamentos	27.084
Banco Capacitor Serie acima de 69 kV 9BCPRG6 37,87 Ohm - 1.971 Arms, Classe de tensao -V- 74,64, Tipo de controle- Automatico, Potencia -kVAr- 441.400, Siemens, ano de fabricacao 2017, local- Vao -C-LTs Claudia C3 e Ribeiraozinho C3	Máquinas e Equipamentos	19.058
Torre, Tipo de torre- Autoportante, Tipo do Mat- Metalica, Altura -m- 49,50, Carregamento/esforco -daN- 17.700, Brametal, mod. C1SL	Máquinas e Equipamentos	18.845
Sistema de Drenagem com 990 m de drenos PEAD perfurado 300 mm, 719 m de coletor PEAD 300, 400, 600, 700, 800, 900 mm e 2770 m de manta geotextil, local- Patio	Edificações	11.949
Torre, Tipo de torre- Estaiada, Tipo do Mat- Metalica, Altura -m- 46,50, Carregamento/esforco -daN- 7.900, Brametal, mod. C1EL	Máquinas e Equipamentos	11.375
Sistema de Aterramento em Linha de Transmissao Cabo OPGW, com 320 km de cabo 12,4 mm -490 kg/km-	Máquinas e Equipamentos	9.699
Sistema de Aterramento em Linha de Transmissao Cabo OPGW, com 310 km de cabo 12,4 mm -490 kg/km-	Máquinas e Equipamentos	9.396

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Administração		
Equipamento de Serviço Bate Estaca diversos, Sete Serviços de Engenharia	Máquinas e Equipamentos	660
Veículo de Uso Administrativo QCU-4288 Camionete Aberta Diesel - 5 passageiros -180 cv - 2018/2018, Volkswagen, ano de fabricação 2018, num. de serie WV1DB42H5JA058586, mod. Amarok CD 4x4 SE	Veiculos	112
Veículo de Uso Administrativo QCU-9838 Camionete Aberta Diesel - 5 passageiros -180 cv - 2018/2018, Volkswagen, ano de fabricação 2018, num. de serie WV1DB42H5JA058614, mod. Amarok CD 4x4 SE	Veiculos	112
Veículo de Uso Administrativo QCU-9898 Camionete Aberta Diesel - 5 passageiros -180 cv - 2018/2018, Volkswagen, ano de fabricação 2018, num. de serie WV1DB42H5JA058741, mod. Amarok CD 4x4 SE	Veiculos	112
Veículo de Uso Administrativo QCU-9848 Camionete Aberta Diesel - 5 passageiros -180 cv - 2018/2018, Volkswagen, ano de fabricação 2018, num. de serie WV1DB42H5JA058769, mod. Amarok CD 4x4 SE	Veiculos	112
Veículo de Uso Administrativo QCU-9888 Camionete Aberta Diesel - 5 passageiros -180 cv - 2018/2018, Volkswagen, ano de fabricação 2018, num. de serie WV1DB42H5JA058791, mod. Amarok CD 4x4 SE	Veiculos	112
Veículo de Uso Administrativo QCU-4328 Camionete Aberta Diesel - 5 passageiros -180 cv - 2018/2018, Volkswagen, ano de fabricação 2018, num. de serie WV1DB42H5JA059091, mod. Amarok CD 4x4 SE	Veiculos	112
Veículo de Uso Administrativo QCU-9858 Camionete Aberta Diesel - 5 passageiros -180 cv - 2018/2018, Volkswagen, ano de fabricação 2018, num. de serie WV1DB42H5JA059213, mod. Amarok CD 4x4 SE	Veiculos	112
Veículo de Uso Administrativo QCU-9868 Camionete Aberta Diesel - 5 passageiros -180 cv - 2018/2018, Volkswagen, ano de fabricação 2018, num. de serie WV1DB42H5JA061658, mod. Amarok CD 4x4 SE	Veiculos	112

14.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2019

Descrição do bem	Grupo	Valor
ADEQUAÇÃO UNITIZÇÃO DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	117.842

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

15. Intangível

15.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2018	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2019	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 01/01/2018
Ativo intangível em serviço											
Transmissão	-	2.140	(7)	27.429	-	29.562	29.562	-	29.562	-	-
Servidões	-	2.140	-	27.422	-	29.562	29.562	-	29.562	-	-
Softwares	-	-	(7)	7	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	52	-	152	-	204	204	(41)	163	-	-
Servidões	-	-	-	204	-	204	204	(41)	163	-	-
Softwares	-	52	-	(52)	-	-	-	-	-	-	-
	-	2.192	(7)	27.581	-	29.766	29.766	(41)	29.725	-	-
Ativo intangível em curso											
Transmissão	27.045	426	-	(25.145)	-	2.326	(24.719)	-	2.326	27.045	26.153
Servidão	27.038	384	-	(27.422)	-	-	(27.038)	-	-	27.038	26.146
Depósitos judiciais	-	-	-	2.284	-	2.284	2.284	-	2.284	-	-
Softwares	7	42	-	(7)	-	42	35	-	42	7	7
Administração	143	9	-	(152)	-	-	(143)	-	-	143	86
Softwares	143	9	-	(152)	-	-	(143)	-	-	-	86
	27.188	435	-	(25.297)	-	2.326	(24.862)	-	2.326	27.188	26.239
Ativo Intangível (i)	27.188	2.627	(7)	2.284	-	32.092	4.904	(41)	32.051	27.188	26.239

(i) Valor de transferência residual de R\$ 2.284 referente aos processos de unitização dos ativos imobilizados, onde foi transferido o valor entre os grupos do balancete 1232.2 e 1233.2.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

15.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	29.562	-	29.562	-
Administração	10,00%	204	(41)	163	-
		29.766	(41)	29.725	-

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados

15.3. Principais aquisições do ativo intangível em curso em 2019

Adições do ativo intangível em curso	Material e equipamentos
Servidão	384
Software	42
	426

15.4. Principais aquisições do ativo intangível em serviço em 2019

Intangível - Transmissão			
1	Servidão LTPR_MV13_0088.1 CIRINEU DE AGUIAR E OUTRO -Fazenda Aguiá Dourada- Matrícula 309, com área de 230.125 m2, local- Novo São Joaquim - MT	Terrenos	2.082
2	Servidão LTPR_MV13_0088 CIRINEU DE AGUIAR E OUTRO -Fazenda Aguiá Dourada- Matrícula 687, com área de 87.901 m2, local- Novo São Joaquim - MT	Terrenos	804
3	Servidão LTPR_MV11_0075 Antenor Santos Junior/Agrop. Maringá -Fazenda Maringá- Matrícula 528, com área de 733.815 m2, local- Novo São Joaquim - MT	Terrenos	498
4	Servidão LTCP_MV14_0216 Filipe Marochi e outros -Fazenda Esplanada- Matrícula num. 246, Livro 2, com área de 389.651 m2, local- Vera - MT	Terrenos	346
5	Servidão LTPR_MV12_0077 Agropecuária Rancho Fundo do Itaquere Ltda -Fazenda Itaquere- Matrícula 691, com área de 319.662 m2, local- Novo São Joaquim - MT	Terrenos	320
6	Servidão LTCP_MV11_0165 Daniel Alves Ferreira -Lote 192- Matrícula num. 573, Livro 2, com área de 339.061 m2, local- Vera - MT	Terrenos	309
7	Servidão LTCP_MV37_0354 R.L.A. Gonçalves Agropecuária Ltda -Fazenda Prata- Matrícula num. 17.126, Livro 2, com área de 416.240 m2, local- Paranatinga - MT	Terrenos	305
8	Servidão LTPR_MV14_0092 Espólio - Acidemando Gabriel de Moraes -Fazenda Nossa Senhora Aparecida- Matrícula 54406, com área de 335.672 m2, local- General Carneiro - MT	Terrenos	290
9	Servidão LTPR_MV15_0093.1 Espólio - Acidemando Gabriel de Moraes -Fazenda Monte Alegre- Matrícula 54.540, com área de 316.968 m2, local- General Carneiro - MT	Terrenos	284
10	Servidão LTCP_MV30_0307 Felício Lermen e outros -Fazenda Santa Carmem do Desejado- Matrícula num. 1.780, Livro 2, com área de 276.709 m2, local- Nova Ubirata - MT	Terrenos	254
Intangível - Administração			
1	Licença de Uso de Software Plataforma Windows versão Inglês para Chines, Huawei	Software	189
2	Licença de Uso de Software Linux Sige Server Systems, Huawei, mod. 1 OS - 1 DB	Software	15

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

15.5. Principais baixas do ativo intangível em curso em 2019

Descrição do bem	Grupo	Valor
ADEQUACAO UNITIZAÇÃO DO IMOBILIZADO EM SERVICO SOFTWARE	SOFTWARE	7

16. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Provisão para encerramento de obra	57.123	-	-
Fornecedores diversos	13.219	18.108	57.564
	70.342	18.108	57.564

17. Tributos e contribuições sociais

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
IRPJ	27.033	-	-
CSLL	9.135	-	-
PIS	591	6	1
COFINS	2.731	35	3.528
Outros	12.750	3.381	864
	52.240	3.422	4.393

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto juros	Data prox. pgto	Frequência amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
BNDES	dez/18	jan/34	mensal	15/04/20	mensal	TJLP +1,93%	SGBH	TJLP + 1,93%	630.325	580.084	-
Debenture SGBH	mar/18	marc/19	-	-	-	108 % CDI	N/A	108% CDI	-	577.472	-
									630.325	1.157.556	-
Circulante									45.023	577.472	-
Não circulante									585.302	580.084	-
									630.325	1.157.556	-

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Debênture SGBH

Em 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº468 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, da Espécie Quirografária, em Duas Fases entre a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R\$ 550.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série no valor de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento.

Sobre o montante, incidiram juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano.

O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), foi totalmente amortizado em 2019.

BNDES

Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.673 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão, até 31 de dezembro de 2018 havia sido liberado um montante de R\$ 580.083 (quinhentos e oitenta milhões oitenta e três mil trezentos e vinte um reais) sobre os quais incidiram sobre os quais incidirão juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034.

Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a Companhia deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

No entanto, conforme o contrato, esse índice deve ser apurado somente a partir do início de amortização do contrato, o que ocorrerá em 2020.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	<u>Amortização</u>
2021	45.166
2022	45.166
2023	45.166
2024-2034	449.804
	<u><u>585.302</u></u>

19. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

Ativo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>288</u>	-	-
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	49	-	-
Outros	239	-	-

Passivo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	<u>15</u>	<u>577.472</u>	<u>195</u>
Aluguel (ii)	9	-	-
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	6	-	-
Outros	-	-	195
Empréstimos com a SGBH (nota explicativa 12)	-	577.472	-

Resultado

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado - partes relacionadas	<u>(15.804)</u>	<u>(100)</u>
Despesa de aluguel (ii)	(107)	(100)
Despesa com juros de empréstimos com a SGBH (nota explicativa 21)	(15.697)	-

(a) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 27 de abril de 2016 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com a emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$1 cada, totalizando R\$1.000. Em 26 de setembro de 2016 houve aumento de capital em R\$20.000.000, mediante a emissão de 20.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 23 de janeiro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$60.000.000, mediante a emissão de 60.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 15 de maio de 2017 houve aumento de capital em R\$31.000.000, mediante a emissão de 31.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 27 de junho de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$45.000.000, mediante a emissão de 45.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 3 de julho de 2017 houve aumento de capital em R\$304.000.000, mediante a emissão de 304.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 12 de dezembro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$77.000.000, mediante a emissão de 77.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 10 de janeiro de 2018 houve aumento de capital em R\$138.000.000, mediante a emissão de 138.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$675.001.000, dividido em 675.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2019</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Lucro Líquido do exercício - societário	313.250	420.827
Reserva legal (5%)	(15.663)	(21.041)
Base de cálculo para os dividendos	297.588	399.785
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	2.976	3.998
Provisão de juros sobre capital próprio	(82.095)	-

Em 07 de outubro de 2019 foram pagos R\$ 3.120 referente a dividendos do exercício de 2018.

Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 82.095 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R\$ 12.314 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$69.780, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

21. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Receita operacional bruta	415.753	-
Receita de rateio de antecipação	649	-
Receita de encargos de transmissão	367.816	-
Recuperação de PIS e COFINS	37.363	-
Receita de novas obras RBNI	256	-
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(2.152)	-
Indisponibilidade de equipamentos	(368)	-
Descontos Incidentes na TUST	12.190	-
Deduções da receita operacional	(43.205)	-
PIS	(6.866)	-
COFINS	(31.625)	-
P&D	(3.598)	-
TFSEE	(1.115)	-
	372.548	-

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

22. Custo da operação

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(11.948)	-
Material	(322)	-
Serviços de terceiros	(380)	-
Depreciação e amortização	(41.002)	-
Gastos diversos (i)	(843)	-
Outros	(110)	-
	<u>(54.605)</u>	<u>-</u>

23. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(788)	(229)
Material	(25)	(17)
Serviços de terceiros	(1.153)	(1.264)
Arrendamentos e aluguéis	(122)	(126)
Doações	(1.648)	(452)
Provisão/reversão (i)	(178)	-
Tributos	(107)	(50)
Depreciação e amortização	(243)	-
Outras	(368)	(812)
	<u>(4.632)</u>	<u>(2.950)</u>

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

24. Despesas de pessoal

Pessoal - operação	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração	(8.140)	(266)
Encargos	(3.068)	(93)
Outros Benefícios - Corrente	(658)	(3)
Outros	4	-
	(11.862)	(362)

Pessoal - administração	2019	2018
Remuneração	(596)	(153)
Encargos	(110)	(51)
Benefícios	(72)	(26)
Outros	(10)	-
	(788)	(230)
	(12.650)	(592)

25. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	10.580	8.219
Receitas de aplicações financeiras	10.989	8.346
Outras receitas financeiras	110	261
Tributos sobre receitas financeiras	(519)	(388)
Despesa financeira	(55.021)	(14.275)
Variações cambiais passivas		
Juros sobre empréstimos - terceiros	(42.443)	(13.854)
Juros e multas	(1.383)	(421)
Outras despesas financeiras	(11.195)	-
	(44.441)	(6.056)

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

26. Imposto de renda e Contribuição social

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contribuição social	(15.439)	2.983
Imposto de renda	(41.182)	8.313
	<u>(56.621)</u>	<u>11.296</u>

27. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

27.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8	96.818	521.456	38
Títulos e valores mobiliários	12	25.491	-	-
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Concessionárias e permissionárias	9	41.485	-	-
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Financiamentos - terceiros	18	630.325	580.084	-
Empréstimos - partes relacionadas	18	-	577.472	-
Fornecedores - terceiros	16	70.342	18.108	57.564
Fornecedores - partes relacionadas	19	15	-	195

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

27.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

28. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável ou possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

29. Gestão do Capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Seguro Patrimonial	Risco operacional	477.552	-
Responsabilidade Civil	Risco Civil	10.000	-
Veículos	Carros	902	-
Total Seguros		488.454	-

31. Efeitos da pandemia do COVID-19

a) Contexto geral

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos, vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivos e Legislativos da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para Decreto Legislativo n 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

b) Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pelas companhias do Grupo:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS e da Contribuição Previdenciária relativos as competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020;
- (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

- (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias como DCTF e EFD, dentre outras;

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão desse relatório, tem caráter temporário e servirão para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas destacam-se as seguintes:

- (i) Adoção do trabalho *homeoffice* para seus colaboradores, para evitar deslocamentos e potencial risco de contágio.

d) Impacto nas operações da Companhia

Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e não identificou impactos nas operações da companhia até o presente momento.